

PLURIATIVIDADE NO RURAL DO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA BAIXO JAGUARIBE (NORDESTE, BRASIL): PROBLEMAS E POTENCIALIDADES¹

Maria Odete Alves²
Airtton Saboya Valente Júnior³
Maria Simone de Castro Pereira Brainer⁴

RESUMO – Este estudo objetivou conhecer como se manifesta a pluriatividade no rural dos Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios (PDAs) da região Nordeste brasileira, bem como discutir alternativas de elaboração de políticas públicas para atender a essa nova realidade. Um estudo de caso é apresentado: o PDA Baixo Jaguaribe, no estado do Ceará. A hipótese básica sobre a existência de uma diversidade de atividades não-agrícolas no âmbito desses PDAs se confirma. Porém, a prática dessas atividades ocorre não como uma consequência do avanço no processo de desenvolvimento local, mas como necessidade de elaborar estratégias de sobrevivência, manifestação típica de sociedades subdesenvolvidas. Um estrato da população rural desse PDA sequer conhece a configuração de Pólo, apesar da existência de agronegócios dinâmicos, com uso de irrigação e produzindo para o mercado externo. Diante desse quadro, cabe alertar para a necessidade de realização de investigação em outros PDA's do Nordeste brasileiro, adotando-se a metodologia do presente estudo, para colher informações capazes de confirmar ou negar os resultados aqui percebidos. Por outro lado, as constatações desta pesquisa sugerem mudanças de enfoque e instrumentos nas atuais políticas públicas, de modo a reconhecer a existência da pluriatividade no meio rural.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento rural, pluriatividade, pólos de desenvolvimento.

**SIMPOSIO: 7 – LA NUEVA RURALIDAD: MODELO ALTERNATIVO PARA EL
DESARROLLO SUSTENTABLE**

¹ Artigo apresentado no II Congresso Iberoamericano sobre Desarrollo y médio ambiente – CIDMAIL, ocorrido nos dias 24 a 28 de outubro de 2005, na cidade de Puebla, México.

² Eng^a. Agrônoma, Mestra em Administração Rural e Desenvolvimento e pesquisadora do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE); Endereço: Av. Paranjana, 5.700 – Bloco A2 Térreo – Passaré - CEP: 60740-000 – Fortaleza (CE), Brasil; Telefone: (XX85) 32993034; Fax: (XX85) 32993474; Correio Eletrônico: moalves@bnb.gov.br.

³ Economista, doutorando em Desenvolvimento Econômico e pesquisador do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE); Endereço: Av. Paranjana, 5.700 – Bloco A2 Térreo – Passaré - CEP: 60740-000 – Fortaleza (CE), Brasil; Telefone: (XX85) 32993236; Fax: (XX85) 32993474; Correio Eletrônico: asvjunior@bnb.gov.br.

⁴ Eng^a. Agrônoma, Mestra em Economia Rural e pesquisadora do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE); Endereço: Av. Paranjana, 5.700 – Bloco A2 Térreo – Passaré - CEP: 60740-000 – Fortaleza (CE), Brasil; Telefone: (XX85) 32993416; Fax: (XX85) 32993474; Correio Eletrônico: msimonecb@bnb.gov.br.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo sintetiza estudo recém concluído sobre atividades não agrícolas no Nordeste brasileiro, tendo em vista a nova conformação do meio rural do País apontada por estudos realizados nos últimos anos.

Pesquisas em andamento, a exemplo do “Projeto Rurbano” coordenado pela Universidade de Campinas (UNICAMP), mostram que o meio rural brasileiro apresenta crescente diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas, a denominada “pluriatividade”. Uma das constatações do referido projeto refere-se à sistemática redução do nível de ocupação e de renda no âmbito de atividades de natureza eminentemente agropecuária. Ao mesmo tempo, atividades não-agrícolas implementadas no rural vêm possibilitando maior oferta de ocupações e postos de trabalho, além de remunerações mais elevadas quando comparadas com as obtidas nas atividades rurais ligadas à agropecuária tradicional. As conclusões dessas pesquisas e da revisão bibliográfica sobre as transformações ocorridas ao longo da história nas sociedades desenvolvidas fornecem indícios de que em áreas rurais do Nordeste brasileiro, cujas economias são mais dinâmicas, as atividades não-agrícolas tendem a se diversificar, adensar e apresentar crescente complexidade, além de possuírem significativo papel em termos de composição da renda das famílias.

A emergência do chamado novo rural contém uma série de implicações para a elaboração e implementação de políticas públicas. Daí que a realização de pesquisas de campo nessas áreas justifica-se, por fornecerem subsídios para melhor qualificar as tendências apontadas nos estudos recentes (em geral com base em dados secundários) para adequar as políticas regionais de desenvolvimento às condições das economias locais.

O presente estudo levou em conta esta preocupação e teve como objetivo principal desenhar o perfil das atividades não-agrícolas no meio rural do Pólo de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) Baixo Jaguaribe, bem como discutir sobre as possibilidades de elaboração de políticas públicas direcionadas para referida área. Mais especificamente, o estudo objetivou: a) Conhecer a diversidade de atividades não-agrícolas no meio rural dos PDAs nordestinos; b) Determinar problemas e potencialidades econômicos das principais atividades não-agrícolas existentes nesses PDAs; c) Analisar as possibilidades de se implementar políticas públicas específicas para as principais atividades não-agrícolas nos referidos Pólos; d) Sugerir políticas públicas específicas de apoio às principais atividades não-agrícolas nesses PDAs.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no PDA Baixo Jaguaribe, composto por 11 municípios⁵. Embora encravado em pleno semi-árido (cujos municípios, em geral, apresentam economia estagnada), esse Pólo possui uma economia razoavelmente dinâmica, além de dispor de estruturas de apoio que poderiam facilitar o andamento da pesquisa.

A coleta das informações foi feita utilizando-se fontes secundárias (material bibliográfico, bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Instituto de Planejamento do Ceará - IPLANCE) e primárias (informações fornecidas pelas prefeituras locais por intermédio das secretarias de saúde municipais - agentes comunitários de saúde), além da aplicação de questionário semi-estruturado.

A aplicação do questionário foi feita por meio de 320 entrevistas realizadas com as famílias extensas dos domicílios⁶ rurais selecionados. A família extensa inclui, além da família nuclear, os

⁵ Icapuí, Aracati, Itaiçaba, Jaguaruana, Palhano, São João do Jaguaribe, Quixeré, Russas, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Tabuleiro do Norte.

⁶ O domicílio é utilizado aqui como unidade de coleta, porque permite caracterizar a atividade exercida individualmente pelos membros da família, independente do local de moradia. Exclui os domicílios coletivos que se destinam à “habitação de pessoas cujo relacionamento se restringe ao cumprimento de normas administrativas” e os domicílios particulares improvisados, assim considerando aquele domicílio localizado em unidade que não tem dependência destinada exclusivamente à moradia, como loja, sala comercial, prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta que estejam servindo de moradia (Graziano da Silva e Del Grossi, 2002, p.9).

parentes desta que vivem no mesmo domicílio (mesmo que formem outro casal) e os agregados⁷; exclui os pensionistas⁸ e as empregadas domésticas⁹ e seus parentes¹⁰. A seleção dos domicílios para aplicação do questionário foi realizada em quatro etapas:

Etapa 1 - Seleção dos municípios - determinação dos municípios de economia mais dinâmica a partir das seguintes variáveis: (a) PIB indústria + PIB serviços $\geq 75\%$ do PIB total do município; (b) Soma do número de estabelecimentos Industriais + estabelecimentos de serviços do município ≥ 53 e/ou; (c) Município em que haja a presença de pelo menos 1 (um) núcleo/arranjo produtivo.

Na primeira etapa foram selecionados 9 dos 11 municípios do PDA Baixo Jaguaribe: Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Russas e Tabuleiro do Norte.

Etapa 2 - Seleção dos setores amostrais (comunidades) - após a definição dos municípios a serem pesquisados adotou-se os seguintes procedimentos para determinar as comunidades a serem amostradas, limitando-se ao máximo de 3 (três) e ao mínimo de 1 (uma) por município: (a) Foram selecionadas todas as comunidades rurais com presença de núcleo(s) ou arranjo (s) produtivo (s) (conforme CED, 2002); (b) Foi selecionada, por município, a comunidade rural com o maior número de atividades não-agrícolas (de acordo com informações obtidas com prefeituras e técnicos de campo do BNB com atuação nos municípios); (c) Nos casos em que havia mais de uma comunidade com o mesmo número de atividades, procedeu-se ao sorteio entre todas elas, a fim de se chegar àquela que deveria ser amostrada; (d) Para o município de Icapuí, em virtude da grande diversidade de atividades verificada durante a coleta de informações preliminares, além do procedimento citado nos itens (a) e (b), optou-se pela realização do sorteio de mais 1 (uma) comunidade, conforme o item (c), totalizando 3 comunidades amostradas; (e) Para o município de Limoeiro do Norte, em virtude da não presença de arranjo/núcleo produtivo em comunidades específicas, e pela grande diversidade de atividades ali verificada, além do procedimento citado no item (b), optou-se por realizar o sorteio de 2 comunidades, conforme o item (c), totalizando 3 comunidades amostradas.

Tais procedimentos possibilitaram a seleção das seguintes comunidades (setores amostrais), cujo número de domicílios corresponde a 31,0% do total dos domicílios rurais existentes nos 9 municípios: Barreira dos Vianas e Canoa Quebrada (Aracati); Barreiras de Cima, Cajuais e Redonda (Icapuí); Tabuleiro do Luna (Itaiçaba); Borges e Ribeirinha (Jaguaruana); Boa Fé, Córrego da Areia e Várzea do Cobra (Limoeiro do Norte); Aruaru e Juazeiro de Baixo (Morada Nova); Jurema (Palhano); Periferia e Retiro (Russas); Água Santa (Tabuleiro do Norte).

Etapa 3 - Distribuição da amostragem nas comunidades selecionadas: a amostragem foi distribuída nas comunidades selecionadas na etapa 2, proporcionalmente ao número de domicílios existentes em cada uma delas.

Etapa 4 - Procedimentos de campo para a seleção das unidades amostrais (domicílios) - tendo em vista não se dispor de uma listagem de cadastro prévio dos domicílios e da dificuldade de construção dessa lista, optou-se por distribuir 80% das entrevistas na zona rural e os 20% restantes no núcleo urbano. O processo de definição dos domicílios ocorreu da seguinte forma: (a) Escolheu-se como ponto de partida o centro de cada comunidade, seguindo em forma de cruz em direção à zona rural; (b) Em cada raio aconteceram 25% das entrevistas, sendo 5% no núcleo urbano, saltando de 5 em 5 propriedades; e 20% na zona rural, saltando uma propriedade.

⁷ Agregado é considerado pelo IBGE como sendo "a pessoa que não é parente da pessoa de referência da família nem do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação a membro (s) da família" (Graziano da Silva e Del Grossi, 2002, p.9).

⁸ "aquele que não é parente da pessoa de referência da família nem do seu cônjuge e paga hospedagem ou alimentação a membro da família" (Graziano da Silva e Del Grossi, 2002, p.9).

⁹ "pessoa que presta serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro (s) da família" (Graziano da Silva e Del Grossi, 2002, p.9).

¹⁰ "pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviço doméstico remunerado a membro (s) da família" (Graziano da Silva e Del Grossi, 2002, p.9).

Em ambos os casos, quando no domicílio selecionado não existiam pessoas que exerciam atividades não-agrícolas, entrevistou-se o domicílio seguinte.

3. BASE CONCEITUAL

3.1. Pólo de Desenvolvimento Agrícola (PDA)

As preocupações iniciais com a concentração ou aglomeração de atividades econômicas em determinados espaços geográficos estão vinculadas com as teorias da desigualdade regional, elaboradas por François Perroux nas décadas de 1950 e 1960. Referidas teorias introduziram os conceitos de “pólos de crescimento”, ou seja, focos de desenvolvimento socioeconômico e político-institucional inter-relacionados e localizados em centros privilegiados de determinado espaço geográfico. Referidos pólos, geograficamente situados, manteriam, de acordo com a teoria, fortes vínculos em termos políticos, socioeconômicos, institucionais e culturais com suas áreas de influência (Haddad et al, 1989).

Dessa forma, o pólo representa um conceito complexo sendo considerado, no âmbito da teoria do desenvolvimento regional, um espaço-tempo que guarda semelhanças embora não implique uniformidade. Assim, duas tipologias de lugar ou região se sobressaem: os espaços homogêneos e aqueles polarizados. Os espaços ou regiões homogêneos se fundamentam no princípio da identidade entre seus subespaços constituintes. As regiões polarizadas, por sua vez, se fundamentam no princípio da interdependência entre seus subespaços constituintes, o que denota heterogeneidade. A diferenciação ou heterogeneidade dos subespaços que compõem as regiões polarizadas resulta do pressuposto de interdependência entre esses subespaços, uma vez que ela deve resultar da cooperação ou da exploração econômica, política, social e institucional entre unidades geográficas com atributos diferentes, portanto heterogêneas (Haddad et al, 1989).

Os centros onde se desenvolvem atividades de natureza econômica, política e social e onde são tomadas as decisões que geram fluxos de mercadorias, criando relações de influência com centros de escalões inferiores, são chamados de “pólos de atração”. Conforme a intensidade e a natureza das relações de dependência, um estímulo exercido sobre o pólo de atração causa repercussões diretas e indiretas nos centros dependentes e no próprio pólo de atração em questão.

Os centros de maior interesse, em princípio, são aqueles que apresentam as maiores taxas de desenvolvimento econômico e social. Assim, caracterizam-se por fatores que fazem os sistemas a que pertencem se desenvolverem a taxas diferentes. Os pólos que apresentam as maiores taxas de crescimento são chamados de “pólos de desenvolvimento econômico”. Por outro lado, os pólos potenciais de desenvolvimento econômico são centros que apresentam condições em potencial que lhes asseguram um grande desempenho econômico em futuro próximo, desde que sejam convenientemente ativados.

Os pólos de desenvolvimento podem surgir devido ao acaso ou alternativamente podem ser estimulados através de um conjunto de políticas públicas. No caso dos pólos nordestinos, houve um estímulo deliberado do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), quando criou o programa Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios (PDAs) com ações estruturadas em várias mesoregiões do Nordeste, com o objetivo de potencializar as vocações locais e atrair novos investimentos, estimulando a cooperação entre os diversos setores e envolvendo-os na dinamização do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Os PDAs nordestinos foram concebidos com base nas teorias de Perroux e nos enfoques de cadeias produtivas, isto é, empresas e instituições interconectadas, de caráter complementar entre si, concentradas em uma dada região geográfica e trabalhando em negócios correlatos. São caracterizados sob duas dimensões inter-relacionadas: i) dimensão físico-econômica; e ii) dimensão político-institucional. A dimensão físico-econômica envolve o espaço geográfico ou uma sub-região delimitada. Em termos da dimensão político-institucional, o Programa PDA prevê que as

ações sejam desenvolvidas de forma cooperativa, com a efetiva participação das entidades e organizações que compõem a base institucional local; a gestão e a coordenação do Programa devem ser compartilhadas, com o envolvimento do setor privado, especialmente os empreendedores que integram as cadeias produtivas; também requer a adoção de estratégias que contribuam para assegurar a efetiva incorporação de pequenos empreendedores e suas associações e cooperativas nas cadeias produtivas (ABIPTI, 1999).

O BNB identificou, em sua área de atuação, doze PDAs, com cadeias produtivas centradas em grãos, fruticultura, pecuária, carcinicultura, artesanato e turismo, para os quais prevê o desenvolvimento de ações integradas, em bases programadas, orientadas ao incremento sustentável dos níveis de produção, de padrão de qualidade dos produtos e de produtividade dos segmentos das cadeias produtivas, a partir de uma visão sistêmica e de longo prazo, objetivando assegurar eficiência econômica e o contínuo processo de melhoria da competitividade, da qualidade de vida e bem-estar social das populações envolvidas (BNB, 2003).

3.2. Pluriatividade no meio rural

3.2.1. Significado do termo

Nos últimos anos, mais precisamente a partir da década de 90, os principais fóruns de discussão sobre o meio rural brasileiro vêm aprofundando a discussão sobre o assunto pluriatividade (Schneider, 1994 e 1995; Silva, 1995 e 1998 e Kageyama, 1998). Entretanto, conforme revisão realizada por alguns autores, remonta ao início do século XX a discussão em torno de termos como *agricultor em tempo parcial*, *atividades não-agrícolas no meio rural*, *empregos múltiplos*, *fontes de renda diversificadas* e *pluriatividade* (Alves, 2002; Schneider, 1994).

Os estudiosos brasileiros Graziano da Silva e Campanhola (2000) consideram que o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas a outras atividades que gerem ganhos monetários e não-monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Para os autores, esse conceito considera todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias.

Segundo Souza (199-), a pluriatividade pode ser compreendida “... como resultado de diversas negociações entre indivíduos, cada um com diferentes apostas e posições nos negócios, família e grupo domiciliar, com preferências variantes sobre minimização de riscos, ajustes a mudanças no desenvolvimento do ciclo familiar, permitindo a entrada ou saída da exploração agrícola, assegurando continuidade da família na mesma, de uma geração a outra, financiando desenvolvimento no interior ou externamente a ela, a sua organização e o trabalho do grupo domiciliar”. Souza (199-) discute a necessidade de se tratar o fenômeno da pluriatividade por meio de um conceito flexível. Para ele, “A flexibilidade de sua conceituação faz-se evidente diante da heterogeneidade/diversidade do fenômeno, pois as realidades sociais são muito diferentes e terminam por entorpecer as análises teóricas”. Esse autor propõe que se diferencie a pluriatividade em função do grau de desenvolvimento da sociedade onde ela está presente, o que seria uma forma de tentar resolver esse problema. Seguindo essa linha de raciocínio, o autor argumenta pela necessidade de se falar de “*pluriatividade do subdesenvolvimento*” e “*pluriatividade de sociedades desenvolvidas com industrialização e urbanização concentradas*”. Contudo, o autor reconhece que a adoção dessa diferenciação não é suficiente para esclarecer a questão da heterogeneidade de situações de pluriatividade que continuam existindo no interior desses tipos de sociedades.

A realização de pesquisas empíricas em regiões que apresentem os perfis descritos pode contribuir para esclarecer ambas as questões, uma vez que tanto é possível se observar o comportamento da pluriatividade nos diversos tipos de sociedades como é possível detectar sua diversidade.

3.2.2. A pluriatividade segundo o grau de desenvolvimento das sociedades

As sociedades desenvolvidas, ao longo de sua história, sofreram uma série de transformações, resultado de fatores externos e internos, segundo revisão realizada por Wanderley (2000).

Os fatores externos referem-se às mudanças no cenário mundial que se configuram por novas relações econômicas e políticas em que há cada vez mais internacionalização do ponto de vista de funcionamento e de regulação da produção agrícola e de valorização do meio rural. Os fatores internos dizem respeito ao processo de diversificação social no meio rural e à perda do antagonismo existente nas relações entre o rural e o urbano, passando a existir uma relação de complementaridade.

O desenvolvimento dos espaços rurais nessas sociedades passa a depender não apenas do dinamismo do setor agrícola, mas também da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas. Com efeito, a descentralização econômica e a disseminação espacial dos serviços criaram condições para que plantas industriais se instalassem em áreas rurais. Dessa forma, o desenvolvimento econômico e a expansão das cidades facilitaram o acesso das populações rurais a bens e serviços urbanos. Isso fez com que fosse sendo reduzida a distância física e social entre populações urbana e rural.

Segundo Wanderley (2000), atualmente já não existem grandes diferenças econômicas e sociais entre ambos os espaços nas sociedades desenvolvidas. Ocorreu, em decorrência, um crescimento da população não-agrícola e reduziu a população ocupada na agricultura. Passou a ter mais evidência a diversidade econômica e o próprio perfil da população rural, que deixou de ser meramente agrícola, uma vez que o campo passou a ser atrativo para jovens, pessoas idosas e aposentadas, seja com o objetivo de exercer alguma atividade produtiva, seja para usufruir do lazer e da melhor qualidade de vida.

A pluriatividade, entretanto, não é um fenômeno exclusivo das sociedades desenvolvidas. Estudos realizados por diversos autores relatam a existência da pluriatividade também entre populações rurais de sociedades em desenvolvimento ou subdesenvolvidas, assumindo características distintas, dependendo do estágio em que se encontram tais sociedades.

Reardon et al. (1998), ao realizar uma revisão bibliográfica, identificou três fases da transformação das atividades não-agrícolas no meio rural de países em desenvolvimento. Num primeiro momento, é observada a existência de atividades cuja produção é de pequena escala, utilizando tecnologia tradicional e intensiva em mão-de-obra, produzindo bens e serviços quase que exclusivamente para o mercado local. Nesta fase a maioria dos adultos pratica a pluriatividade no sentido de que cada um ajuda no trabalho agrícola dentro da propriedade, migrando ou praticando uma atividade não-agrícola na entre-safra; a segunda fase é caracterizada pela mescla de atividades vinculadas à agricultura e atividades não-agrícolas baseadas na demanda derivada dos ingressos do primeiro grupo, no desenvolvimento de comunidades rurais e na demanda derivada do setor urbano (como o turismo) ou no setor exportador. Na segunda fase há produtos cuja comercialização se dá além do mercado local e se verifica uma bimodalidade crescente, tanto na intensidade de capital quanto nos benefícios da mão-de-obra das atividades dentro de um dado subsetor de atividade não-agrícola. Em conseqüência, há coexistência de indivíduos de classes sociais distintas trabalhando no mesmo subsetor, porém, empregando tecnologias e habilidades diferentes e auferindo rendas distintas; na terceira fase há uma intensificação da diferenciação dos elementos da transformação que contribuíram para a diferenciação da segunda em relação à primeira fase.

No que se refere às sociedades subdesenvolvidas, em geral, dada a falta de dinamismo da economia, a precariedade e pobreza que caracterizam a população rural, o nível de investimento da família na propriedade depende da disposição dos fatores internos de produção em relação à possibilidade de obtenção de rendas não-agrícolas. Significa que a prática de atividades não-agrícolas é uma estratégia de sobrevivência do grupo familiar e o acesso ao mercado ocorre de forma marginal (Alves, 2002; Garcia Jr., 1983 e 1989; Chayanov, 1974).

3.2.3. A pluriatividade em regiões dinâmicas do Brasil

Atualmente, as questões relacionadas com a pluriatividade estão estabelecidas nas melhores universidades brasileiras, e a produção de dissertações e teses na área reflete o grau de interesse que este tema adquiriu. A discussão envolve autores como José Graziano da Silva, Nazaré Wanderley e Ricardo Abramovay, dentre outros. As preocupações destes estudiosos abrangem questões que vão desde a releitura do atual conceito de "setor rural" (Wanderley, 1997), passando pelas novas funções e espaços da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo, com ênfase no papel do território (Abramovay, 1999) e até a discussão sobre as atividades e fontes de renda não-agrícolas das famílias rurais (Graziano da Silva, 1995, 1997, 1997a, 1998).

A proposta de pesquisa aqui colocada se relacionou, especificamente, à questão abordada por Graziano da Silva (1995, 1997, 1997a, 1998), em cujos estudos, há a preocupação de mostrar que o meio rural brasileiro ganhou novas funções e por isso já não pode ser mais tomado apenas como um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais. Silva (op. cit) acredita que o agricultor não é mais somente um agricultor, pois dentro ou fora de sua propriedade ele vem desenvolvendo outras atividades no meio rural, concorrendo com as atividades agrícolas¹¹.

Nesta perspectiva, este "novo rural", do qual emergem novas atividades ligadas às transformações na base técnica da agricultura, parece refletir a realidade de regiões cuja agricultura passou pelo processo de modernização tecnológica e, por isso, apresentam economia mais dinâmica que aquelas cuja agricultura permaneceu sem modernizar-se.

4. O PDA BAIXO JAGUARIBE

4.1. Caracterização socioeconômica

O PDA Baixo Jaguaribe está localizado na zona semi-árida do Ceará, abrangendo um total de 11 municípios. Possui área de 9,9 mil Km², o que corresponde a 6,8% do território do Estado, e população de 346 mil habitantes, dentre os quais 44% residentes no meio rural.

Os índices de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios são inferiores ao índice médio do Brasil (0,757 em 2000). O município de Limoeiro do Norte possui o maior índice (0,711 em 2000) enquanto que o menor IDH ocorreu no município de Icapuí - 0,631 em 2000 (PNUD 2003). Em termos de renda *per capita*, a média para o PDA (US\$ 1.389 em 1998) mostrou-se inferior em relação à média do estado do Ceará (US\$ 1.830 em 1998), menos de 50% da renda *per capita* do Nordeste (US\$ 3.145 em 1998) e apenas um quinto da renda *per capita* média para o Brasil (US\$ 6.824 em 1998).

Segundo dados do IBGE (2000), existem no PDA Baixo Jaguaribe 150 estabelecimentos industriais e 167 de comércio. Estudo recente realizado pelo Centro de Estratégias de Desenvolvimento do Estado do Ceará (CED) aponta para a existência de alguns núcleos ou arranjos produtivos em 9 dos 11 municípios do Pólo (CED, 2002): fruticultura irrigada, produção de redes (Jaguaruana), lagosta (Icapuí), metal-mecânico (Tabuleiro do Norte), móveis de madeira (Morada Nova), cerâmica (Russas), camarão em cativeiro e artesanato (Aracati, Palhano e Itaiçaba) e mel de abelhas (Limoeiro do Norte). Além destas atividades, cabe destacar a pecuária leiteira e a ovinocaprinocultura, bem como diversas agroindústrias de beneficiamento de polpa de frutas, castanha de caju e fabricação de rapadura de caju, doces, queijo e farinha, mini-indústrias para beneficiamento de cera de carnaúba e fabricação de vassouras, o comércio em geral, a extração de sal, a fabricação de barcos, borracharias, comércio de pescado, extração de calcário, fabricação de filtros, pesque-pague e olarias.

¹¹ Silva (1997) considera a existência de um "Novo Rural Brasileiro", associado a transformações na agricultura brasileira (queda na rentabilidade dos principais produtos agropecuários) e aumento de produtividade decorrente da adoção de tecnologias (queda na oferta do emprego agrícola).

4.2. Resultados da pesquisa de campo

4.2.1. Perfil das famílias e atividades desenvolvidas

A maioria dos entrevistados é do sexo masculino (62,8%) e relativamente jovem (mais de 54,0% na faixa etária inferior a 41 anos). Do total, 39,0% têm idade entre 41 e 60 anos e somente 6,6% têm idade superior a 60 anos. Acima de 90,0% dos entrevistados estão em idade produtiva.

Em termos de escolaridade, verifica-se razoável percentual de pessoas que não tiveram acesso a nenhum tipo de instrução (21,3%) ou que se consideram somente alfabetizados (28,1%). Consta-se ainda que 33,8% dos entrevistados possuem até o ensino fundamental incompleto. Somente 5,6% e 1,6%, respectivamente, conseguiram concluir o segundo grau e o curso superior.

A média de pessoas por grupo familiar entrevistado é de 5,3 pessoas (1.697 membros para 320 famílias). O grupo é composto predominantemente por jovens, pois mais da metade dos membros dessas famílias (65,1%), encontra-se na faixa etária entre 0 e 30 anos de idade e outros 15,2% têm entre 41 e 60 anos. Somente 3,3% dos membros dessas famílias têm mais de 60 anos. É importante ressaltar que 81,9% dos membros das famílias entrevistadas habitam no domicílio.

Do total, 39,7% possuem renda monetária para o sustento familiar, enquanto que 55,2% não conseguem obter renda suficiente para sustentar a sua família. Outros 5,1% não responderam à pergunta.

É elevado o número de ocupações informais, considerando que, do total dos membros das famílias, somente 5,2% têm assinada a Carteira de Trabalho. A renda média mensal da família extensa é de R\$ 270,20 (aproximadamente US\$ 91), o que perfaz uma renda *per capita* de R\$ 50,95 (aproximadamente US\$ 17), implicando dizer que referidas famílias encontram-se abaixo da linha de pobreza.

Segundo afirmam os entrevistados (Tabela 1), as atividades não-agrícolas têm relevância na composição da renda das famílias. Tais informações atestam, também, a afirmação de alguns estudiosos, de que o resultado das atividades agropecuárias vem perdendo espaço para o das atividades não-agrícolas, em termos de importância na composição da renda no meio rural brasileiro. Veja-se que para 25,6% das famílias, a atividade não-agrícola tem participação entre 60,0% e 80,0% na renda total. Ainda, para 31,6% dessas famílias, a participação é superior a 80,0%. Somando-se o percentual de famílias com participação a partir de 60,0% a maior que 80,0%, totaliza quase 60,0%, o que é bastante expressivo.

TABELA 1 - Percentual representado pela atividade não-agrícola na renda total da família

Percentual da renda	Quantidade	%
Até 20%	38	11,9
De 21 a 40%	40	12,5
De 41% a 60%	59	18,4
De 60% a 80%	82	25,6
Maior que 80%	101	31,6
Total	320	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Verifica-se que do total das famílias, somente 27,8% são “proprietárias” das terras onde trabalham. Por outro lado, a maioria (72,2%) está na categoria “sem-terra” e 27,2% são “parceiras”. Do total das famílias, 7,2% se distribuem entre as categorias de “arrendatário” (4,7%), “diarista” (1,3%), “herdeiro” (0,6%), “ocupante” (0,3%) e “assentado” (0,3%).

Não somente os “sem-terra” são submetidos a condições precárias de exploração de terra de trabalho. Também as famílias “donas de terras” enfrentam semelhante problema, na medida em que a grande maioria (84,3%) possui área que não supera os 10 hectares. Apenas uma propriedade (1,1%) tem área superior a 200 hectares. As demais (14,6%) têm área individual entre 11 e 50 hectares. Considerando a média de 5,3 pessoas por grupo familiar, e tendo em vista tratar-se de

região inserida no semi-árido, é importante ressaltar o tamanho das propriedades extremamente reduzido, insuficiente para ocupar toda a força de trabalho do grupo familiar, bem como proporcionar os elementos necessários para a reprodução física e social da unidade doméstica. Isto proporciona que as atividades não-agrícolas ocupem lugar de destaque no trabalho das famílias, conforme apresentado a seguir.

Veja-se que a maioria das famílias (67,8%) considera-a a principal atividade, superando, em grande escala, as atividades agrícolas. Parte dessas famílias (41,3%) sequer pratica qualquer atividade agropecuária. Por outro lado, somente 32,2% das famílias têm a agropecuária como sua principal atividade. E dentre essas atividades, a produção de grãos é a mais importante, por ser exercida por 50,0% das famílias. Outras atividades agropecuárias citadas nas entrevistas foram: fruticultura, ovinocaprinocultura, bovinocultura e mandioca, exercidas por respectivamente 21,3%, 9,4%, 9,0% e 7,5% das famílias.

Os entrevistados apontam o artesanato, o comércio e a construção civil, como sendo as três principais atividades não-agrícolas. O artesanato é a atividade mais importante, sendo praticada por membros de 17,8% das famílias. Em seguida, aparecem o comércio (composto principalmente por bodega e mercearia) e a construção civil, praticados por 17,5% e 12,8%, respectivamente do total das famílias. Porém, dentro da grande diversidade de atividades citadas, podem também ser destacadas, por apresentarem relativa importância, os serviços gerais (9,6%), o assalariamento no meio urbano (8,8%)¹², o magistério (6,3%), a pequena e média indústria rural (5,0%)¹³ e o trabalho com confecções (2,8%). Por outro lado, verifica-se que, entre as famílias, ainda não existem ocupações no setor de turismo rural.

O fato de somente 32,2% das famílias indicarem a atividade agropecuária como sua atividade produtiva mais importante, pode ser uma indicação de que algumas atividades não-agrícolas estejam ocupando lugar importante na obtenção de renda para a família.

Assim é que, segundo afirmação da maioria dos entrevistados (65,0%), a prática de atividades não-agrícolas deve-se à necessidade de complementar a renda familiar. Outros 28,4% justificam o exercício dessas atividades pela indisponibilidade de terras para a prática da agricultura e 5,6%, por não ter opções de trabalho. Por outro lado, somente 4,7% admitem que não gostam do trabalho agrícola e por isso praticam atividades não-agrícolas.

Os baixos níveis de renda e a escassez de meios de produção agropecuária fazem com que a grande maioria das famílias (97,5%) exerça atividades não-agrícolas que asseguram uma remuneração. Somente oito famílias (2,5%) declararam que suas atividades não-agrícolas não oferecem remuneração, sob as seguintes justificativas: não há interesse em vender, a produção é destinada ao consumo doméstico (50,0%); não consegue produzir em escala (25,0%); o produto não tem qualidade para ser levado ao mercado (12,5%); não compensa vender o produto (12,5%). É provável, portanto, que esteja ocorrendo uma inversão na importância que algumas atividades não-agrícolas ocupam nos trabalhos familiares. Muitas dessas atividades, a exemplo do artesanato, eram reservadas no passado às horas livres dos trabalhos domésticos.

A maioria das famílias entrevistadas (62,5%) afirma que a atividade não-agrícola ocupa acima de 30 horas semanais; outros 10,3% ocupam de 25 a 30 horas semanais nessa atividade, enquanto que 17,2% ocupam de 19 a 24 horas semanais, o que confirma a importância que tais atividades vêm assumindo na divisão do trabalho entre os grupos familiares pesquisados.

4.2.2. Problemas no desenvolvimento das atividades

¹²Quanto ao assalariamento no meio urbano, observa-se grande variedade de ocupações, dentre as quais destacam-se: funcionário público, auxiliar administrativo, comerciário, telefonista, secretária, caixa, gerente, auxiliar financeiro, auxiliar de enfermagem, agente de saúde, coletor de dados do IBAMA, merendeira de escola, vendedor, policial, garçom, operário e zelador.

¹³Inclui atividades de beneficiamento de castanha, fabricação de queijos, de cera, de mel de abelhas, de vinho, de doce de caju e a fabricação de tijolos.

Os entrevistados consideram a dificuldade de acesso a financiamento (20,6%), a máquinas e equipamentos (13,8%) e aos canais de comercialização (10,0%) como sendo os principais problemas no desenvolvimento dessas atividades.

A dificuldade de acesso a financiamento leva a grande maioria (95,6%) a utilizar somente recursos próprios para desenvolver suas atividades não-agrícolas. A solução para o problema, segundo os entrevistados, ocorreria com a liberação de empréstimos de forma rápida, fácil e sem burocracia para melhorar o negócio, aprimorar o trabalho, aumentar a produção e as vendas.

Dos 14 entrevistados que declararam ter tido acesso a financiamento para suas atividades não-agrícolas, 85,7% utilizaram os recursos para compra de matéria-prima; outros 14,3% afirmam que utilizaram os recursos para aquisição de máquinas e equipamentos e 7,1% utilizaram-nos como capital de giro.

Quando indagados sobre as finalidades que dariam aos recursos caso obtivessem novos financiamentos para a atividade não-agrícola, 15,0% dos entrevistados responderam que aplicariam na aquisição de máquinas e equipamentos, 12,8%, na compra de matéria-prima e 18,1%, utilizariam os recursos como capital de giro da atividade. Porém, 185 (57,8%) declararam que não gostariam de obter financiamento para investir em suas atividades não-agrícolas, o que denota certa reserva do grupo com relação ao sistema financeiro.

Sobre a adequação, suficiência e oportunidade do crédito obtido, os entrevistados apresentaram opiniões que variam entre favoráveis e desfavoráveis, tendo maior peso, em termos percentuais, as opiniões desfavoráveis. Do total dos entrevistados que obtiveram acesso a alguma fonte de financiamento, 35,7% consideram-no inadequado; 71,4%, insuficiente e 21,4%, inoportuno; por outro lado, 21,4%, 28,6% e 28,6%, respectivamente, consideram a fonte de financiamento adequada, suficiente e oportuna.

Os problemas de acesso a máquinas e equipamentos também seriam solucionados com o financiamento para sua aquisição, bem como através de projeto associativo; alguns entrevistados apontaram a união e o trabalho em grupo como uma necessidade para o desenvolvimento da atividade e o aumento da produção.

Com relação à deficiência nos canais de comercialização, 15,6% daqueles que a apontaram como o principal problema da atividade, acreditam que poderia ser resolvida com a criação de uma associação; outros 37,5% acham que a melhoria da dinâmica da economia local, com o respectivo aumento do mercado consumidor, poderia ser a solução para o problema. Isso contribuiria, inclusive, para a redução do número de atravessadores, apontado por 6,3% também como uma forma de reduzir o problema.

4.2.3. Organização, planejamento e controle

Considerável quantidade de entrevistados (68,2%) não realiza a atividade de planejamento, enquanto que apenas 15,9% planejam a comercialização e 8,5% a produção.

Dentre aqueles entrevistados que praticam planejamento (total de 101 entrevistados), 33,7% realizam-no com a participação da família; outros 27,7% o fazem isoladamente. Ainda, 22,8% envolvem os funcionários nas atividades de planejamento. Outros 12,8% são professores, os quais realizam a atividade de planejamento no grupo escolar.

Deve-se ressaltar, que a revelação de grande percentual de famílias realizando planejamento isoladamente, com reduzida participação de associações, cooperativas ou organizações não-governamentais, mostra o baixo nível de organização entre as famílias pesquisadas.

Outra questão que merece observação é a ausência de orientação para o planejamento das atividades não-agrícolas. Ou seja, além do elevado percentual de famílias que não realiza planejamento, entre aquelas que realizam alguma atividade de planejamento, a maioria (56,2%) não recebe orientação para tal. Por outro lado, a orientação, quando é oferecida, ocorre de forma dispersa, aparecendo como mais representativos a prefeitura (16,8%), o comprador do produto

(8,0%) e o governo (6,0%). Não se observa a participação de ONG's e sindicatos neste processo, o que denota o baixo nível de organização das comunidades locais.

Com relação ao controle gerencial, apresenta-se como um problema do grupo pesquisado, tendo em vista que mais da metade das famílias (58,1%) não faz nenhum tipo de controle gerencial. Entretanto, o controle gerencial da qualidade do serviço é realizado por 28,1% das famílias. Outros gerenciam o controle de preços (12,5%) e a qualidade dos produtos (17,2%). Curiosamente, os menores percentuais de adoção de controle gerencial ocorrem nas áreas de custos (9,4%) e estoques (8,4%).

4.2.4. Organização social, capacitação e assistência técnica

A participação em entidades associativas é relativamente baixa entre os entrevistados. Somente 35,0% são filiados a alguma organização, enquanto que 65,0% não têm nenhum tipo de participação associativa.

Entre os filiados a organizações associativas, cerca de 89,0% são ligados a alguma associação comunitária. Somente um entrevistado é filiado a cooperativa e os demais participam da associação da FUNDEC (Fundação de Desenvolvimento do Esporte e da Cultura), dos Agentes de Saúde ou do Clube de Mães.

Indagou-se ao grupo de entrevistados associados de que forma a sua organização associativa contribui para o sucesso do seu negócio não-agrícola, ao que 98,2% responderam que a organização não contribui de forma alguma para este sucesso. Somente 3,6% afirmaram receber ajuda no processo de capacitação e 1,8% nas áreas de assistência técnica, comercialização dos produtos ou acesso a crédito. Com efeito, o apoio técnico inexistente para a maioria dos entrevistados (86,6%).

Para aqueles que declararam não participar de organizações associativas, os motivos são a falta de interesse, por não concordar com as propostas da associação, ou porque consideram que a organização não traz benefícios e não cuida efetivamente dos interesses dos associados (43,5%), o desconhecimento da existência da organização (30,0%) ou porque não existe organização em sua comunidade (26,5%).

4.2.5. Montante e composição da receita auferida

Do total dos entrevistados, 56,7% afirmaram obter uma receita constante durante o ano; o restante (43,3%) considera que a receita da família é instável. Vários fatores foram apontados como causadores dessa oscilação, dentre os quais a escassez e a oscilação na oferta de serviços (35,5%), a baixa estação (15,9%), a oscilação nas vendas (13,8%) e a oscilação na produção (11,6%). Outros fatores que influenciam nessa instabilidade são a fragilidade da agricultura e da produção artesanal (8,7%), bem como a sazonalidade das atividades não-agrícolas (7,2%) e agrícolas (5,8%).

A partir de informações fornecidas sobre a venda de produtos agropecuários, no ano de 2002, buscou-se captar o montante da receita média agropecuária anual das famílias (Tabela 2). Do total de 320 famílias, somente 53,10% declararam comercializar algum produto agropecuário, aparecendo como mais importantes na composição da receita, a castanha de caju, o peixe, os animais bovinos, o feijão, o mel de abelha, o serviço de vaqueiro e o milho.

A presença de bovinos como um dos principais componentes da receita familiar, confirma o que mostra a literatura: neste segmento de agricultores (familiares), a criação de algumas cabeças de animais bovinos tem papel de reserva de valor. A importância dos produtos feijão e milho refere-se ao papel como principais componentes da subsistência familiar, bem como na geração de renda monetária.

A receita média agropecuária mensal familiar, calculada a partir dos dados da Tabela 2, é R\$ 111,17, o equivalente a 62,49% do valor da renda média regional para a agricultura familiar, que é

de R\$ 177,90, conforme nossa atualização dos cálculos realizados pelo MDA/INCRA (2000)¹⁴, com base no Censo Agropecuário 1996/1996¹⁵.

Para a realização do cálculo do desvio-padrão da renda de atividades agropecuárias, foi feita uma desagregação dos dados de renda da amostra total, chegando ao valor de R\$ 409,78, sugerindo que a renda agropecuária é bastante heterogênea entre as famílias pesquisadas.

TABELA 2 - Receita média mensal familiar oriunda de atividades agropecuárias, em 2002

Receita média mensal familiar oriunda das atividades agropecuária	Valor R\$
Venda de amêndoa de castanha de caju crua (kg)	8.947,83
Venda de peixe (kg)	5.933,75
Venda de animais bovinos (cabeça)	5.103,30
Produção de feijão (saca)	3.661,75
Venda de mel-de-abelha (litro)	2.291,00
Serviço de vaqueiro	1.980,00
Produção de milho (saca)	1.311,30
Produção de farinha de mandioca (saca)	942,58
Produção de arroz (saca)	933,30
Venda de queijo (kg)	922,00
Venda de animais ovinos (cabeça)	724,20
Venda de suínos (cabeça)	635,83
Venda de leite (litro)	484,42
Venda de frutas	380,41
Venda de animais caprinos (cabeça)	263,40
Venda de manivas (mandioca)	141,67
Venda de galinhas (cabeça)	112,92
Produção de goma (saca)	22,50
Venda de batatas	3,48
Outros (corte do olho da carnaúba, ajudante de horta, ajudante de apiário)	780,00
TOTAL	35.575,64
Receita Média Agropecuária Mensal Familiar	111,17
Desvio-Padrão	409,78

Fonte: Pesquisa de campo

A atividade não-agrícola gera receita para 95,3% das famílias, a qual chega à média mensal de R\$ 205,36, bastante superior àquela gerada pelas atividades agropecuárias. Este valor equivale a 64,9% da receita total média mensal obtida pelas famílias, que é R\$ 316,53 (R\$ 111,17 + 205,36), resultado da soma da receita média mensal de atividades agropecuárias (Tabela 2) e de atividades não-agrícolas (Tabela 3).

Na ordem de maior importância em termos de valor monetário na composição da receita, tem-se: comércio, construção civil, magistério, assalariamento urbano, serviço de motorista, funcionário público e artesanato. Da mesma forma que no caso das atividades agropecuárias, com base nos dados desagregados de receita, calculou-se o desvio-padrão para a receita obtida com atividades não-agrícolas, chegando ao valor de R\$ 255,42.

¹⁴ Aqui, é importante esclarecer duas questões: (1) Nesta pesquisa, estamos lidando com “receita”, enquanto que os cálculos do MDA/INCRA (2000) referem-se a “renda”, o que dificulta a comparação dos dados, mas serve de referencial; (2) A receita com produtos da indústria rural não foi considerada no cálculo realizado na tabela 1, pois nesta pesquisa, tais produtos são considerados não-agrícolas. Por isso foram incluídos na Tabela 2. Já no caso da pesquisa realizada pelo MDA/INCRA (2000), os produtos originários da indústria rural estão inseridos no cálculo da Renda Total Agropecuária. Isso nos faz concluir que a diferença entre os dois totais tende a ser efetivamente inferior ao que aqui se apresenta.

¹⁵ O valor da renda mensal de R\$ 58,00 (Renda Agropecuária Anual [R\$696,00] / 12 meses) calculado pelo MDA/INCRA (2000) foi convertido ao dólar pela média da cotação vigente nos anos de 1995 e 1996, período de coleta dos dados do Censo Agropecuário utilizado como base da pesquisa (R\$0,965), obtendo-se o valor de US\$ 60,10; em seguida, este valor foi convertido para reais pela média da cotação do dólar nos meses de agosto e setembro de 2003, período da realização da pesquisa de campo, obtendo-se o valor de R\$177,90.

TABELA 3 - Receita média mensal familiar oriunda de atividades não-agrícolas, em 2002

Receita média mensal familiar oriunda de atividades não-agrícolas	Valor R\$
Comércio (bodega, bar, restaurante, lanchonete, padaria, sorveteria, comida caseira, frutas, verduras e pamonha)	15.530,00
Construção civil (serviço de pedreiro / venda de tijolos)	6.955,00
Magistério [Professor (a)]	5.990,00
Assalariado no meio urbano	4.270,00
Serviço de motorista	4.140,00
Funcionário público (saneamento básico, agente de saúde, auxiliar de enfermagem, policial, gari e merendeira)	3.720,00
Venda de artesanato	3.065,00
Serviço de diarista	2.094,00
Serviços gerais	1.935,00
Produção e venda de confecções	1.790,00
Turismo de praia (bugueiro)	1.610,00
Serviço de vigilante	1.440,00
Serviço de mecânica	1.170,00
Serviço de eletricitista	1.120,00
Serviço de Coleta de Dados	1.000,00
Aposentadoria	800,00
Serviço de carpinteiro / marceneiro	670,00
Pequena indústria rural	542,00
Caseiro	520,00
Empregado doméstico	520,00
Emprego doméstico	520,00
Serviço de mineração	300,00
Serviço de carroceiro	180,00
Serviço de borracharia	140,00
Serviço de catador de lixo	120,00
Outros (bolão de vaquejada, barbeiro, cabeleireira, recepcionista, tratorista, frentista, empresário, artes plásticas, trabalhador em caldeira, sapateiro, operador de máquinas)	5.575,00
TOTAL	65.716,00
Receita Média Mensal Familiar	205,36
Desvio Padrão	255,42

Fonte: Pesquisa de campo

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A hipótese básica da investigação sobre a existência de uma diversidade de atividades não-agrícolas no âmbito dos PDAs nordestinos se confirma. Porém, a prática de tais atividades ocorre não como uma conseqüência do avanço no processo de desenvolvimento local, mas como uma manifestação típica de sociedades subdesenvolvidas, pela necessidade de elaboração de estratégias de sobrevivência.

Com efeito, observou-se que o dinamismo existente no PDA Baixo Jaguaribe não se manifesta entre os agricultores pluriativos entrevistados, significando que o desenvolvimento não conseguiu se alastrar por todos os espaços e entre todos os atores que habitam o território, que supostamente estariam interagindo internamente e com o exterior. Ao contrário, verificou-se elevado nível de precariedade e pobreza entre as famílias, produzindo prioritariamente para a subsistência (milho, feijão e mandioca), desenvolvendo atividades não-agrícolas como estratégia de sobrevivência e com acesso marginal ao mercado.

Um estrato da população rural que habita o PDA Baixo Jaguaribe sequer toma conhecimento da existência da configuração de Pólo e, portanto, está isolada do desenvolvimento que experimentam alguns segmentos do interior desse território. Implica suspeitar que a estratégia do Pólo de “assegurar a efetiva incorporação de pequenos empreendedores e suas associações e cooperativas nas cadeias produtivas” não se configura na prática. Desta forma, questiona-se até que

ponto a criação do PDA Baixo Jaguaribe efetivamente contribuiu para o desenvolvimento local integrado e sustentado, conforme previsto no conteúdo explícito da proposta.

Diante desse quadro, cabe alertar para a necessidade de se investigar e colher elementos capazes de responder à seguinte pergunta: em que medida o ambiente institucional criado nesse território estaria contribuindo para reduzir o distanciamento entre ricos e pobres? Não estaria, ao contrário, funcionando com um vetor de ampliação do distanciamento entre estas duas categorias sociais? É sabido que no PDA Baixo Jaguaribe existem agronegócios dinâmicos, que fazem uso de irrigação artificial, e cuja produção é destinada, em grande parte, aos mercados internacionais. Porém, observa-se que o processo de modernização está concentrado em reduzido número de produtores rurais, sugerindo que a estratégia de pólos seja concentradora de renda, ou ainda, que a atual estratégia utilizada no PDA Baixo Jaguaribe apresenta distorções.

Com base nestas conclusões, recomenda-se a realização de investigação em outros PDA's nordestinos, adotando-se a metodologia do presente estudo, de modo a colher informações capazes de confirmar/negar os resultados desta primeira pesquisa. Em confirmando-se estes resultados no interior dos demais Pólos, torna-se imperativa realização de avaliação da atual política de Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios, para que se tenha a compreensão dos pontos positivos e negativos, bem como dos reais impactos dessa Política e, assim, unir subsídios para corrigir distorções ou mesmo mudar a estratégia atual.

Por outro lado, observa-se que, a despeito da precariedade das atividades não-agrícolas e de sua inserção marginal no mercado, estas representam a maior parcela da receita obtida pela maioria das famílias pesquisadas, sugerindo a importância de se alertar o poder público sobre a necessidade de reconhecimento da existência da pluriatividade no meio rural nordestino e de propor mudanças no enfoque e nos instrumentos das atuais políticas de desenvolvimento. Diante do nível de precariedade das atividades não-agrícolas existentes no PDA Baixo Jaguaribe, caberia a elaboração de uma política específica para aquelas mais representativas (principalmente o artesanato), de modo a impulsionar o seu potencial de ocupação e geração de renda. Observou que os principais entraves ao desenvolvimento dessas atividades são a falta de assistência técnica e de recursos para financiar a produção, a aquisição de máquinas e equipamentos, bem como a dificuldade de ter acesso a canais de comercialização, principalmente devido à falta de organização. Programas específicos para esses setores funcionariam, inclusive, como forma de reduzir a tendência concentradora da Política do Pólo.

Com relação ao crédito, é importante pensar numa linha de financiamento de rápido acesso e sem burocracias, para evitar que os agricultores sejam duplamente prejudicados, ao se submeterem às regras de agiotas. Neste sentido, deve-se ressaltar a recente iniciativa do BNB (em implantação) de criar a figura do assessor de crédito, que tem o papel de aproximar esse Banco dos agricultores familiares, facilitando o acesso ao PRONAF B. Técnicos agrícolas passaram por um processo de seleção, foram submetidos a um treinamento voltado para as questões pertinentes à agricultura familiar e, portanto, reúnem as condições para realizar um bom trabalho de mediação entre agricultores e BNB, contribuindo, desta forma, para que o crédito chegue aos agricultores de forma mais ágil, no tempo e montantes adequados para suprir as necessidades. Tendo em vista que se trata de instrumento recém criado, é fundamental que o mesmo seja submetido a uma avaliação dentro de pelo menos três anos, a fim de que sejam detectadas as falhas e feitas as correções de rumo.

Finalmente, deve-se ressaltar que não há como desenvolver o meio rural sem a adoção de medidas fundamentais para o provimento de infra-estrutura, principalmente nas áreas de logística, saúde e educação. Investimentos nesses setores contribuiriam, sobremaneira, para a ampliação de empregos, principalmente no setor de serviços. Somente dessa forma, o Estado estará cumprindo seu papel de impulsionador do desenvolvimento e de regulador da distribuição, entre todos os atores sociais, da riqueza gerada.

REFERÊNCIAS

- ABIPTI - Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica. **Agropolos e outros. Agropolos - Uma Proposta Metodológica**. Brasília (DF): ABPTI, 1999.
- ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: função e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. São Paulo: Primeiro relatório de pesquisa, Projeto BRA 97/013, 1999 (mediu).
- ALVES, M.O. Pluriatividade como estratégia de sobrevivência no sertão nordestino: o caso de Tejuçuoca, Ceará. **Revista Raízes**. v.21, n.01, pp.114-121, Campina Grande, UFCG/PPGS, jan./jun.2002.
- BNB. **Pólos de Desenvolvimento Integrado**. Disponível em <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em 25.mar.2003.
- CED. **Núcleos e arranjos produtivos locais: casos dos municípios do agropólo do Baixo Jaguaribe** (versão preliminar). Fortaleza: CED, 2002.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision, 1974.
- DEL GROSSI, M. **O uso das PNAD's para as áreas rurais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
- GARCIA JR., A. R. **Terra de trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v.8).
- _____. **O sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero; Brasília, Editora Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989.
- GRAZIANO DA SILVA, J. G. Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, v.1, pp.792-798, Curitiba, 1995.
- _____. **Uma agenda para o futuro**. In: ANAIS DO ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21, Caxambu, 1997. (CD-ROOM).
- _____. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. v.7, n.1, pp.43-81, Belo Horizonte, maio/1997a.
- _____. **Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro**. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, v.1, p.117-142, Poços de Caldas, 1998.
- _____. & CAMPANHOLA, C. (ed.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Volumes 1, 2, 3,4. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.
- _____. & DEL GROSSI, M. **O uso das PNADS para as áreas rurais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão 874).
- HADDAD et al. **Economia regional – Teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 13.dez.2002.
- KAGEYAMA, A. **Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais**. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, v.2, pp.555-566, Poços de Caldas, 1998.
- REARDON, T.; CRUZ, M. E.; BERDEGUÉ, J. **Los pobres en el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina: paradojas y desafíos**. Chile: RIMISP, 1998.
- SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Ensaios e Debates**. set./dez. 1994. pp.106-131.
- _____. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, v.1, pp.1158-1195, Curitiba, 1995.
- SOUZA, M. **A pluriatividade nos países capitalistas desenvolvidos**. [S.l.: s.n.], [199-].
- WANDERLEY, M. N. B. O lugar dos rurais: In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35, v.1, pp.90-113, Natal, 1997.
- _____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. n.15, Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, out./2000. pp.87-145.